

*Só Questões*



*Acerte o alvo!*

**Concurso Público - Ano 2018**

**200**

**QUESTÕES**

**FUNDAMENTADAS**

**SOBRE**

**IMPROBIDADE**

**ADMINISTRATIVA**

**LEI 8.429/92**

*Diferencial Concursos*

*Wilma G. Freitas*

**200**

Questões fundamentadas  
Lei da Improbidade Administrativa  
Lei 8.429/92

## **APOSTILA AMOSTRA**

**Para adquirir a apostila 200 Questões Fundamentadas da Lei  
8.429/92 - Improbidade Administrativa**

**acesse o site:**



## **SUMÁRIO**

<b>Apresentação.....</b>	<b>3</b>
<b>Questões.....</b>	<b>4</b>
<b>Respostas.....</b>	<b>62</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>91</b>

## **A P R E S E N T A Ç Ã O**

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A lei 8.429 de 02 de junho de 1992 – *Lei que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional* - é exigida no conteúdo programático dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de uma lei a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

**Wilma G. Freitas**

## QUESTÕES

**1. A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, prevê as seguintes espécies de atos de improbidade administrativa:**

- I. Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;
  - II. Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;
  - III. Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública;
  - IV. Atos de improbidade administrativa que atentam contra o decoro parlamentar;
  - V. Atos de improbidade administrativa que atentam contra a dignidade da Justiça.
- a) Todos os atos enunciados estão previstos na referida lei.
  - b) Nenhum dos atos enunciados está previsto na referida lei.
  - c) Os atos dos enunciados III, IV e V estão previstos na referida lei.
  - d) Os atos dos enunciados I, II e III estão previstos na referida lei.
  - e) Os atos dos enunciados IV, e V estão previstos na referida lei.

**2. Complete a lacuna.**

Os atos de improbidade administrativa são praticados por qualquer agente público contra a administração .....

- direta
- indireta
- direta ou indireta.

**3. Por força do texto constitucional, os atos de improbidade administrativa importarão em:**

- a) Cassação dos direitos políticos.
- b) Perda dos direitos políticos.
- c) Interrupção dos direitos políticos.
- d) Ineficácia dos direitos políticos.
- e) Suspensão dos direitos políticos.

**4. Marque V, se assertiva for Verdadeira, e F, se assertiva for Falsa.**

O Ministério Público é parte legítima para promover ação civil pública visando ao ressarcimento de dano ao erário público.

- VERDADEIRA.
- FALSA.

**5. Sobre improbidade administrativa, marque a alternativa falsa.**

- a) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações legais até o limite do valor da herança.

- b) Será punido com a pena de suspensão o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsamente.
- c) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõe o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- d) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- e) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

**6. Complete a lacuna.**

A Lei nº 8.429/92 é uma norma.....

- ( ) federal
- ( ) nacional

**7. O agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado será punido com a sanção disciplinar de:**

- a) Advertência.
- b) Censura.
- c) Suspensão.
- d) Demissão.
- e) Repreensão.

**8. Marque V, se assertiva for Verdadeira, e F, se assertiva for Falsa.**

Nas ações de improbidade administrativa, recebida a manifestação, o juiz, no prazo de quinze dias, em decisão fundamentada, rejeitará a ação de improbidade administrativa, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita.

( ) VERDADEIRA.

( ) FALSA.

**9. Assinale a alternativa a seguir que apresenta, pela prática de improbidade administrativa, uma sanção prevista na Lei nº 8.429/92, mas que não se encontra tipificada na Constituição (art. 37, § 4º).**

a) Suspensão dos direitos políticos.

b) Perda da função pública.

c) Ressarcimento ao erário.

d) Multa civil.

e) Sanção penal cabível.

**10. Analise a veracidade das frases, a respeito da ação de improbidade administrativa.**

I. Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

- II.** Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a declaração do seqüestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- III.** A ação de improbidade terá o rito ordinário.

**Está(ao) correta(s):**

- a)** I e II.
- b)** II e III.
- c)** I e III.
- d)** I.
- e)** Todas.



**RESPOSTAS**

1.

<b>Resposta: D</b>
<b>Comentários:</b>
<b>Art. 9º, 10, 11 da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992</b>

2.

<b>Resposta: Direta ou indireta.</b>
<b>Comentários:</b>
<b>Art. 1º, caput da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992</b>

3.

<b>Resposta: E</b>
<b>Comentários:</b>
<b>Art. 37, § 4º da CF</b>

4.

<b>Resposta: V</b>
<b>Comentários:</b>
<b>Art. 22 da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992</b>

5.

<b>Resposta: B</b>
<b>Comentários:</b>
Art. 8º da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992
<b>Art. 13, § 3º da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992</b>
Art. 13, caput da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992
Art. 15, caput da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992
Art. 17, caput da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992

6.

<b>Resposta: Nacional.</b>
<b>Comentários:</b>
<b>Art. 1º, caput da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992</b>

7.

<b>Resposta: D</b>
--------------------

**Comentários:****Art. 13, § 3º da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992****8.****Resposta: F****Comentários:****Art. 17, § 8º da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992****9.****Resposta: D****Comentários:****Art. 12, caput, I, II, III da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992****10.****Resposta: E****Comentários:****Art. 16, § 2º da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992****Art. 16, caput da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992****Art. 17, caput da Lei 8.429 de 02 de junho de 1992**

**BIBLIOGRAFIA**

**BRASIL. Constituição (1988):** Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 12ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 33ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2017.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 16ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2017.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 26ª ed. – Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2017.

**DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943:** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

**LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 :** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

**LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990:** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

**LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999:** Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.

**LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999:** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

**LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011:** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

**LEI Nº 13.019, DE 31 JULHO DE 2014:** Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

**LEI Nº 13.102, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015:** Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

**LEI Nº 13.204, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015:** Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016:** Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que “dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências”.

**200**

Questões fundamentadas  
Lei da Improbidade Administrativa  
Lei 8.429/92

## COMO ADQUIRIR

<b>30,00</b>	<b>200 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - LEI 8.429/92</b>
--------------	--

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) Depósito em conta

Favorecida: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **BRABESCO**

Agência: **3065**(Teófilo Otoni-MG)

Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)

CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **CAIXA**

Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)

Operação: **013**

Conta: **10964-9** ( poupança)

CPF: **049.774.563-19**

E

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **Banco do Brasil**


Agência: **0099-X** (Cajazeiras)

Conta: **29563-9** (Conta corrente)

CPF: **049.774.563-19**

**200**

Questões fundamentadas  
Lei da Improbidade Administrativa  
Lei 8.429/92

Envie para o nosso e-mail [odiferencialconcursos@bol.com.br](mailto:odiferencialconcursos@bol.com.br) ou pelo WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da apostila adquirida.

## B) PAGSEGURO

Acesse o site [www.odiferencialconcursos.com.br](http://www.odiferencialconcursos.com.br) . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

**OBSERVAÇÃO:** Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

Maiores esclarecimentos:

TIM 041 (33) 99161.3584

OI 031 (33) 98897-7616

FIXO: 031 (33) 3522-9494

WhatsApp: (33) 991155186 

E-mail: [odiferencialconcursos@bol.com.br](mailto:odiferencialconcursos@bol.com.br)

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

 **odiferencial**  
CONCURSOS  
[www.odiferencialconcursos.com.br](http://www.odiferencialconcursos.com.br)